

**REQUERIMENTO** Número / ( .ª)

**PERGUNTA** Número / ( .ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

**Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República**

Os encerramentos de maternidades revelam as graves dificuldades com que o Serviço Nacional de Saúde se debate. O Governo anunciou, para além dos chamados encerramentos “rotativos” de inúmeras maternidades, o encerramento das maternidades das Caldas da Rainha e do hospital de Santa Maria, em Lisboa. A justificação eram as supostas obras, no entanto, fica cada vez mais claro que as ditas obras são apenas uma desculpa para ocultar a enorme falta de profissionais, falta que não permitiria garantir as escalas de serviço durante os meses de verão.

O Diretor-Executivo do SNS anunciou, em plena Assembleia da República, que a notícia destes encerramentos foi acolhida com tranquilidade pelos trabalhadores médicos e outros profissionais de saúde e que as transferências das grávidas não iriam trazer problemas. Foram afirmações que não correspondem minimamente à realidade.

No hospital de Santa Maria, Lisboa, a situação é cada vez mais clara: não há médicos em número suficiente para garantir o serviço permanente da maternidade e várias grávidas estão já a ser enviadas para hospitais privados. No caso da maternidade das Caldas da Rainha a situação parece ser de todo semelhante: vários profissionais do hospital de Leiria (para onde deveriam ser encaminhadas as grávidas do hospital das Caldas da Rainha, ou seja de todo o CHO) vieram a público dizer que não existem profissionais suficientes em Leiria para garantir o pleno funcionamento da urgência de pediatria no período noturno, bem como do bloco de partos e uma série de serviços como o apoio a maternidade, berçário, enfermaria, unidade de cuidados especiais pediátricos, unidades de internamento de curta duração e urgência.

No fundo, o que os profissionais dizem é que sem reforço de meios não estarão garantidas as condições de saúde e de segurança para fazer face ao aumento do número de partos a acontecer no hospital de Leiria. A situação é preocupante e é tudo menos tranquila.

De referir que com o encerramento da maternidade das Caldas da Rainha as grávidas de vários concelhos do CHO (por exemplo, de Torres Vedras, Cadaval, Peniche, Bombarral, Lourinhã, entre outros) já tinham de se deslocar até Leiria. Agora, com estas notícias sobre o hospital de

Leiria e com a possibilidade de os serviços deste último hospital poderem ser encerrados ou limitados, fica por se saber o que acontecerá com as mulheres grávidas de toda a região do Oeste.

Desde há meses que a situação nas maternidades e urgências obstétricas, assim como nas urgências pediátricas, é muito grave. Em Torres Vedras, por exemplo, estão encerradas no período noturno, estando toda a área do CHO a afluir para Caldas, que agora também mostra estar sem resposta e remete para Leiria. O Governo, em vez de resolver estes problemas, optou por um caminho de encerramentos sucessivos, revistos trimestralmente, e perante um verão que se adivinhava já muito difícil decidiu proceder ao encerramento definitivo de maternidades. Todas estas opções estão a deteriorar o SNS, estão a colocar uma pressão suplementar em hospitais que já estão com falta de profissionais e estão a ter consequências nos utentes do SNS, em especial mulheres grávidas.

O facto de toda a região do Oeste estar, neste momento, sem maternidade e o hospital de Leiria apresentar dificuldades para garantir o funcionamento de serviços essenciais gera preocupação e exige explicações do Governo.

Ainda, o anúncio da localização definitiva do novo hospital do Oeste, com previsão de conclusão de obras num prazo de 5 anos, não pode servir como justificação para a não resolução dos atuais problemas com o Centro Hospitalar do Oeste.

*Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Ministro da Saúde, as seguintes perguntas:*

1. Qual é o número de médicos obstetras a trabalhar na maternidade do hospital das Caldas da Rainha e qual o número de médicos obstetras que irá, durante o encerramento nas Caldas, reforçar os serviços em Leiria?
2. Qual o número de pediatras ao serviço, durante os meses de julho, agosto e setembro, no hospital de Leiria e que estejam em condições de garantir a urgência de pediatria? Qual o número de pediatras que este hospital necessita para garantir o funcionamento permanente deste serviço?
3. O que está o Governo a fazer perante a denúncia dos profissionais do CHL de que “não estão reunidas as condições de segurança para o exercício da atividade médica de qualidade na urgência pediátrica, no bloco de partos e na maternidade”?
4. Quais as medidas em curso e previstas para colmatar a situação especialmente grave dos utentes da região Oeste, nomeadamente, do Concelho de Torres vedras, cuja falta de médicos de família já atinge cerca de 50% da população do Concelho e cujas vagas abertas a concurso ficam sistematicamente vazias, salientando que esta situação, a par com a degradação crescente dos serviços prestados pelo Centro Hospitalar que serve a região, deixa a maioria da população do Concelho com pouca ou nenhuma resposta pública, no que diz respeito a cuidados de saúde.?

Palácio de São Bento, 10 de julho de 2023

Deputado(a)s

CATARINA MARTINS(BE)

---

Nos termos do Despacho n.º 1/XIII, de 29 de outubro de 2015, do Presidente da Assembleia da República, publicado no DAR, II S-E, n.º 1, de 30 de outubro de 2015, a competência para dar seguimento aos requerimentos e perguntas dos Deputados, ao abrigo do artigo 4.º do RAR, está delegada nos Vice-Presidentes da Assembleia da República.